



IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

COMO A FRELIMO CONTROLA O VOTO DURANTE OS PROCESSOS ELEITORAIS?

Egídio Chaimite

“A Frelimo estava bem preparada desta vez. Enquanto outros [Partidos] gastavam tempo e energia com ‘multidões’, [que incluíam] não-eleitores e crianças, nós concentrávamo-nos apenas nos eleitores... Sabíamos quem era quem...” (Pedrito Milando, Chefe de Localidade, entrevista, Manjacaze, 31 de Outubro de 2019)¹

Introdução

Pedrito Milando falava duas semanas depois das eleições gerais de 2019, depois dele mesmo ter participado no ataque à caravana do Presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Daviz Simango, no dia 28 de Setembro de 2019, na aldeia de Bocodane, em Manjacaze. No decurso da conversa, ele refere-se ao seu próprio papel e ao dos grupos de choque no controlo político². Mas, na fala acima, Pedrito Milando sublinha o foco da Frelimo nos eleitores, não em multidões. Como a Frelimo identificava esses eleitores? Ou, recorrendo às palavras de Pedrito, como a Frelimo sabia “quem era quem?”

Com base na observação, entrevistas estruturadas e conversas informais com eleitores, membros de mesas de voto (MMVs), funcionários e agentes do Estado, lideranças partidárias e do Estado, durante as eleições presidenciais e legislativas em 2019 e autárquicas em 2018 e 2023, procuro responder às questões acima³. Especificamente, abordo a estratégia da Frelimo no controlo dos eleitores e do voto, mostrando como o mapeamento, a identificação e a pressão contínua sobre os eleitores estão no cerne da referida estratégia, que chamo de “estratégia de controlo total”. Mostro como a estratégia foi adaptada e ajustada nas eleições autárquicas de 11 de Outubro de 2023 e identifico paralelismos entre a referida estratégia da Frelimo e a estratégia do Partido Comunista, da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), na década de 1980.

Estrutura do Controlo

Nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 2019, tal como nas autárquicas de 2023, a Frelimo montou uma estrutura de controlo dos eleitores e do seu voto, que funcionou em todo o país, desde a fase do recenseamento, mas foi mais activa durante a campanha e a votação. A estrutura compunha-se essencialmente por três níveis, com os seus elementos assim discriminados: no primeiro

nível, um coordenador (2019), substituído por um chefe e um chefe adjunto de escola em 2023. No segundo, um gestor (2019) ou chefe e adjunto chefe de caderno (2023). No terceiro nível encontravam-se os mobilizadores, com a mesma designação nas duas eleições⁴. Em 2023, houve, pois, um reforço dos elementos dessa estrutura, com dois responsáveis para cada um dos dois primeiros níveis, um chefe e um chefe adjunto, em substituição do coordenador e do gestor, respectivamente⁵. Os dados do cartão de eleitor eram a base para a montagem da estrutura de controlo (Figura 1).

Figura 1: Cartão de eleitor com os números usados para desenhar a estratégia da Frelimo



O cartão de eleitor contém o número da Assembleia de Voto, na responsabilidade dos elementos do primeiro nível, nomeadamente o coordenador (2019) e o chefe e chefe adjunto de escola (2023). O número da mesa de votação, que também consta no cartão do eleitor, era da responsabilidade do gestor (2019) ou do chefe e chefe adjunto de caderno (2023). Mas, no mesmo cartão de eleitor, consta também o número do eleitor, que ficou na responsabilidade do mobilizador. Quer dizer, a partir da identificação da Assembleia de Voto, da mesa e do eleitor, devidamente enumerados no cartão do eleitor, atribuía-se responsabilidades específicas aos elementos dos três níveis da estrutura de controlo do eleitor e do voto. É

sobre estas responsabilidades que me debruço de seguida, com destaque para as do mobilizador, figura de contacto directo e regular com os eleitores.

Função dos elementos do controlo

Enquanto os coordenadores/chefes de escola lidavam com a totalidade dos gestores/chefes de cadernos, cujo número dependia da quantidade de mesas em cada Assembleia, os gestores/chefes de caderno tinham entre quinze (2019) a quarenta (2023) mobilizadores. Cabia a cada mobilizador contactar e garantir o voto de vinte (2023) a trinta (2019) eleitores, mas, em alguns locais, esta meta foi ajustada, havendo casos em 2019 em que cada mobilizador devia apresentar esse número por semana, o que os frustrava, pois os referidos eleitores não existiam. Para 2023, definiu-se estritamente vinte eleitores para cada mobilizador, os chamados G20, mas, quando houvesse ‘sobrantes’, ou seja, os últimos eleitores, que não chegavam para compor um G20, juntava-se com o último G20 e dividia-se por dois, surgindo daí os G15, por exemplo, resultado da divisão de um grupo de trinta eleitores por dois mobilizadores. É assim que surgiam igualmente G16 (32/2), G17 (34/2) e assim por diante. Com esta divisão, tanto em 2019 como em 2023, alcançava-se a totalidade dos eleitores de cada caderno, com maior precisão em 2023.

A identificação dos eleitores começava na fase do recenseamento, onde cada mobilizador devia conhecer a casa de cada um dos eleitores e obter os números dos cartões de eleitor. É aqui que entra a controversa questão da recolha dos cartões e/ou números dos cartões de eleitor, mais intensa e ousada nas zonas rurais e nas periferias das cidades, onde inclusive a estrutura de controlo era mais funcional⁶. Esta actividade continuava durante a campanha, desta feita já com responsabilidades acrescidas para o mobilizador: na campanha, o mobilizador recebia cópia dos cadernos eleitorais, com a lista comple-

¹ Por razões ético-metodológicas, todos os nomes ao longo do texto são fictícios para garantir o anonimato dos entrevistados.

² Os grupos de choque são conjuntos de indivíduos, entre membros e simpatizantes dos partidos políticos, com destaque para a Frelimo, Renamo e MDM, responsáveis, entre outros, por protagonizar ou responder a actos de violência durante as eleições (cf., Brito et al., 2015).

³ A pesquisa de campo ocorreu nos distritos de Manjacaze e Gorongosa e nas cidades de Maputo, Beira e Nampula, no contexto das eleições autárquicas de 2018 e 2023 e eleições gerais de 2019.

⁴ Apesar da estrutura de controlo ter sido concebida para todo o país, havia adaptações e peculiaridades em cada contexto. No caso de Manjacaze, por exemplo, em 2019, existia também um coordenador geral e um ponto focal, que interagiam regularmente com os elementos da estrutura apresentada acima.

⁵ Os elementos desta estrutura, sobretudo nas zonas rurais, eram essencialmente funcionários do Estado, com destaque para os do sector da educação, mas também estudantes e membros dos grupos de choque (cf., Chaimite, 2023).

⁶ Duas das hipóteses para o fraco controlo nas zonas urbanas, incluindo o receio em recolher abertamente os cartões de eleitor nestes locais, tal como sucedeu nas zonas rurais, tem que ver com o relativo maior acesso à informação e maior presença da oposição, colocando mais obstáculos aos ‘mobilizadores’, que podiam ser facilmente confrontados e expostos. Alternativamente, nas zonas urbanas privilegiava-se comícios públicos, com caravanas e brigadas que faziam campanhas porta-a-porta, havendo, por isso, maior incerteza na vitória da Frelimo, questões que eram amplamente abordadas nos diferentes círculos do partido Frelimo.

ta dos eleitores, passando também a efetuar visitas regulares de 'monitoria' durante todo o período de campanha. Em 2023, as visitas eram intercaladas com chamadas e os mobilizadores recebiam crédito para o efeito, os chamados 'diamantes,' enviados directamente para os seus números. Como prova do trabalho de 'mobilização', cada mobilizador enviava mensagens diárias ao seus gestores/chefes de caderno, indicando os números dos cartões dos eleitores 'mobilizados,' ou seja, identificados e/ou abordados, enquanto os gestores/chefes de caderno também enviavam diariamente esses dados aos coordenadores/chefes de escola. Havia também reuniões regulares entre os gestores/chefes de caderno, diárias em 2023, e entre estes e os coordenadores/chefes de escola.

Alguns mobilizadores auto-designavam-se colectores de números de cartão de eleitor, destacando a centralidade desses números nas suas funções de mobilização:

"Bem, no dia que escolheram os colectores de números, eu não estava. Eu não sabia do encontro, mas fui informado por um senhor [ficou a saber depois que era seu gestor] que havia esse trabalho de recolher números, falar com as pessoas e convencer a votar na Frelimo. Eu aceitei."

A mensagem sobre a finalidade dos números era pouco clara, mesmo para os mobilizadores, que, como também se depreende do último extracto, eram recrutados de forma bastante problemática. O último entrevistado que cito, por exemplo, foi seleccionado na sua ausência, tendo lhe sido apenas informado que passaria a trabalhar como mobilizador. Tal como tantos outros mobilizadores entrevistados, ele não recebeu qualquer formação e isso impactou no desempenho das suas funções. Segundo explica, quando ele e seus colegas solicitavam os cartões de eleitor, diziam que "os chefes mandaram-nos para recolher os números"⁸, ou quando tivessem que elaborar mais, sobretudo sobre a finalidade, diziam que "...era para ajudar a identificar a mesa no dia de votação"⁹. Alguns, também por falta de clareza, iam além, solicitando que os eleitores cedessem o próprio cartão, o que, por vezes, resultava na recusa desses eleitores, mesmo os membros e simpatizantes da Frelimo, uma vez que não eram sequer informados sobre quanto tempo ficariam sem seus cartões, quando, para muitos eleitores, o cartão serve de documento de identificação.

Quando os eleitores cedessem o cartão ou o número, para os 'incentivar,' os mobilizadores ofereciam camisetas, bonés e outros materiais de campanha, se os tivessem. Os eleitores críticos, ou que se recusavam a receber os mobilizadores, não recebiam tais materiais de campanha e eram considerados 'não mobilizados,' ou seja, potenciais apoiantes da oposição. É por esta razão que Pedro Milando, que cito na introdução deste IDeIAS, refere que a Frelimo se concentrava somente nos eleitores, que sabia "quem era quem" e que não "gastavam tempo e energia com 'multidões.'" É precisamente porque a Frelimo fazia o mapeamento e a identificação dos eleitores, através da

sua estrutura de controlo, para a qual os números e/ou os cartões de eleitor recolhidos eram fundamentais.

Para os eleitores, no entanto, a recolha de números e/ou cartões de eleitor gerava a impressão de que estavam a ser vigiados, o que se reforçava com as visitas e chamadas telefónicas dos mobilizadores, que serviam de mecanismos de pressão. A pressão dos mobilizadores sobre os eleitores continuava no dia de votação. Agora integrados nas diferentes mesas como MMVs ou delegados de candidatura, embora, nalguns casos, sem exercerem essas funções, permaneciam nas proximidades da Assembleia para verificar a participação ou não de cada eleitor que 'mobilizavam,' registando numa matriz de controlo. Notando a ausência de um determinado eleitor 'mobilizado,' recorriam aos seus 'diamantes' para lhes ligar, convocando-os às urnas, por vezes, disponibilizando meios de transporte para os referidos eleitores.

É assim que a Frelimo exercia um controlo total sobre os eleitores, abrangendo o recenseamento, a campanha e a votação. Para além da identificação dos eleitores, neste processo, exercia-se uma enorme pressão sobre eles, daí resultando a percepção de que o voto, que, por lei, é facultativo em Moçambique, na prática, seja obrigatório, pelo menos para os eleitores contactados. Dinâmicas similares ocorrem com outros partidos políticos, sobretudo de contextos autoritários, podendo se destacar, por exemplo, o caso do Partido Comunista da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), durante a década de 1980.

O mobilizador, o agitador e a fraude

Na base da estrutura do controlo do Partido Comunista da ex-URSS, destacava-se a figura de 'agitador' (agitador). O 'agitador' é "a pessoa que fazia o contacto interpessoal com cada eleitor, anunciava políticas e planos, e solicitava o cometimento dos eleitores no processo eleitoral, votando" (Mote, 1965, p.64). Ele era responsável por identificar e "... contactar de 20 a 30 eleitores antes da eleição, conversar com eles, orientá-los e garantir o seu voto" (Karklins, 1986, p.453). A figura do 'agitador' corresponde a do mobilizador no caso da Frelimo, quando, acima destes, havia *senior agitators* (agitadores séniores), equivalente aos gestores/chefes de caderno e, acima destes, outros chefes, que designavam por *agitkollectivs*, com funções de coordenação, tal como os coordenadores/chefes de escola na Frelimo. Ora, diferente das figuras da Frelimo, eminentemente partidárias durante o recenseamento e a campanha, e que só integravam os órgãos de gestão eleitoral na fase de votação, como MMVs, os da ex-URSS eram, desde o início, parte dos órgãos eleitorais, embora também indicados pelo partido comunista (ibid.). Entre as semelhanças, porém, não somente coincide o número de eleitores (20 a 30) que os 'agitadores' e os mobilizadores contactavam, mas, sobretudo, as funções de controlo e pressão que ambos exerciam. Os agitadores eram "... garantes da participação eleitoral..." (Yekelchik, 2014, p.141) na ex-URSS, tal como os mobilizadores que

descrevi mais acima no caso de Moçambique. A sua responsabilidade consistia também em encontrar soluções para ganhar as eleições, recorrendo igualmente à fraude. A identificação, incluindo de potenciais abstencionistas, era também possível a partir da própria estrutura de controlo, uma vez que os agitadores e mobilizadores mapeavam e comunicavam com os eleitores, permitindo ainda, para o caso de Moçambique, precisar o número de eleitores fantasmas, também útil para a fraude.¹⁰

Conclusão

Retomo a questão de partida: como a Frelimo sabia "quem era quem" nas eleições gerais de 2019 e nas autárquicas de 2023? A resposta remete à estrutura de controlo dos eleitores e do voto, típica de contextos autoritários. Apresentei a composição dessa estrutura, destacando três principais níveis, compostos respectivamente por coordenadores/chefes de escola, gestores/chefes de caderno e mobilizadores. Para além do mapeamento e identificação dos eleitores, os elementos dessa estrutura exerciam pressão contínua sobre os eleitores, desde o recenseamento e a campanha eleitoral, até ao dia de votação. Daí, a designação "controlo total". Ora, apesar de 'total,' há que relativizar a eficácia deste controlo, não só por causa das dificuldades e receios em implementar abertamente nas zonas urbanas, mas também porque, mesmo nas zonas rurais, e entre os membros da própria Frelimo, havia resistências, tal como illustrei com o exemplo dos membros e simpatizantes da Frelimo que se recusavam a entregar os cartões e/ou números dos cartões de eleitor. No entanto, apesar das limitações, ao permitir saber 'quem era quem,' a estratégia também era a base para a planificação da fraude, tal como também sucedia na ex-URSS. Importa aqui ressaltar que, não obstante as semelhanças na estratégia, mas, sobretudo nas práticas, que incluem a fraude, estas são implementadas em contextos formalmente distintos: na ex-URSS era um regime de partido único, marcadamente autoritário, quando em Moçambique prevalece uma democracia multipartidária. Serão sinais da transformação do regime em Moçambique? Há estudos que sugerem que sim: Moçambique é cada vez mais autoritário e, entre os fundamentos, sobressaiem questões eleitorais (Cf., por exemplo, Pitcher, 2020), que carecem de mais estudos.

Referências

- Brito, L., et al. (2015). Crónicas de Uma Eleição Falhada. Moçambique, Outubro de 2014. Maputo, IESE.
- Chaimite, E. (2023). Negotiating Authoritarianism in Manjacaze, Mozambique: Between Frelimo's Strategies and People's Tactics. Tese de Doutoramento. Instituto de Estudos de Desenvolvimento (Universidade de Sussex).
- Karklins, R. (1986). Soviet Elections Revisited: Voter Abstention in Noncompetitive Voting. *The American Political Science Review*, 80 (2), 449-469.
- Mote, M. (1965). Soviet Local and Republic Elections. Stanford University, The Hoover Institution on War, Revolution, and Peace.
- Pitcher, M. A. (2020). Mozambique elections 2019: Pernicious polarization, democratic decline, and rising authoritarianism. *African Affairs*, 119(476), 468-486.
- Yekelchik, S. (2014). *Stalin's Citizens: Everyday Politics in the Wake of Total War*. New York: Oxford University Press.

⁷ Faustino Tune, mobilizador da Frelimo, entrevista, Manjacaze, 22 de Outubro de 2019.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

¹⁰ Para detalhes, ver Chaimite (2023a).